



GOVERNO DE  
**INHUMAS**  
RESPONSABILIDADE E CIDADANIA  
ADMINISTRAÇÃO 2017 - 2020

**LEI Nº 3.116, DE 29 DE SETEMBRO DE 2017.**

Declaramos para os devidos fins que a Lei nº 3.116/2017, foi devidamente publicada no placard oficial, no período de 29/09/17 à 29/10/17.

*Rondinelly*  
**Rondinelly Carvalhais Barros**  
Secretário de Gestão e Planejamento  
**CPF: 788.557.301-00**  
**Mat.: 66468**

“Revoga a Lei nº 2.994 de 03/06/2015, sobre a criação do Departamento Municipal de Trânsito – DMT e da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI, CRIA OUTRA e dá outras providências.”

A **CÂMARA MUNICIPAL DE INHUMAS**, Estado de Goiás, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Revoga nos termos desta Lei, a Lei nº 2.994 de 03 de junho de 2015 da criação do Departamento Municipal de Trânsito – DMT e da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI.

**Art. 2º** - O Departamento Municipal de Transito - DMT fica criado na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Inhumas, vinculado a Secretaria de Governo.

**Art. 3º** - Para atender a criação do Departamento Municipal de Trânsito, o Chefe do Poder Executivo poderá se valer da abertura de crédito adicional de natureza especial, na forma do artigo 43 da Lei 4.320/64, para tanto podendo se valer das hipóteses previstas nos incisos I, II e III do §1º do mesmo dispositivo, no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para atender as despesas correntes e de capital a serem enfrentadas no exercício de 2017.

**Art. 4º** - Compete ao Departamento Municipal de Trânsito:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

IV - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

V - estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VI - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas na legislação, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;

VII - aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas na legislação, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;

VIII - fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;

IX - fiscalizar o cumprimento da norma contida no art. 95, aplicando as penalidades e arrecadando as multas nele previstas;

X - implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

XI - arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

XII - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

XIII - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da Federação;

XIV - implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XV - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

XVI - planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVII - registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;



XVIII - conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal;

XIX - articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob a coordenação do respectivo CETRAN;

XX - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado;

XXI - vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação.

**Art. 5º** - O Departamento Municipal de Trânsito terá a seguinte estrutura:

I - Diretor Municipal de Trânsito;

II - Divisão de Engenharia e Sinalização, Fiscalização, Tráfego e Administração, de Educação de Trânsito, de Controle e Análise de Estatística de Trânsito;

III - Junta Administrativa de Recurso de Infração – JARI.

**Art. 6º** - Ao Diretor do Departamento Municipal de Trânsito compete:

I - a administração e gestão do Departamento Municipal de Trânsito, implementando planos, programas e projetos;

II - o planejamento, projeto, regulamentação, educação e operação do trânsito dos usuários das vias públicas nos limites do município.



**Art. 7º** - Fica criado, no quadro de cargos e salários da Prefeitura Municipal, o cargo abaixo, com a respectiva remuneração.

DENOMINAÇÃO	NATUREZA	REMUNERAÇÃO
Diretor Municipal de Trânsito.	Agente Político de Provimento em comissão.	Equivalente ao cargo de Diretor de Departamento criado na Lei nº 2.506, de 21/12/2001.

**Art. 8º** - Caberá à Divisão de Engenharia e Sinalização, Fiscalização, Tráfego e Administração, Educação de Trânsito, Controle e Análise de Estatística de Trânsito:

I - planejar e elaborar projetos, bem como coordenar estratégias de estudos do sistema viários;

II - planejar o sistema de circulação viária do município;

III - dar início a estudos de viabilidade técnica para a implantação dos projetos de trânsito;

IV - integrar-se com os diferentes órgãos públicos para estudos sobre o impacto no sistema viário para aprovação de novos projetos;



V - elaborar projetos de engenharia de tráfego, atendendo os padrões a serem praticados por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, conforme normas do CONTRAN, DENATRAN e CETRAN;

VI - acompanhar a implantação dos projetos, bem como avaliar seus resultados;

VII - administrar o controle de utilização dos talões de multa, processamentos dos autos de infração e cobranças das respectivas multas;

VIII - administrar as multas aplicadas por equipamentos eletrônicos;

IX - controlar as áreas de operação de campo, fiscalização e administração do pátio e veículos;

X - controlar a implantação, manutenção e durabilidade da sinalização;

XI - operar em segurança nas escolas;

XII - operar em rotas alternativas;

XIII - operar em travessia de pedestres e locais de emergência sem a devida sinalização;

XIV - operar a sinalização (verificação ou deficiências na sinalização).

XV - promover a Educação de Trânsito junto a Rede Municipal de Ensino, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito;

XVI - promover campanhas educativas e o funcionamento de escolas públicas de trânsito nos moldes e padrões estabelecidos pelo CONTRAN;



XVII - coletar dados estatísticos para elaboração de estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas;

XVIII - controlar os dados estatísticos da frota circulante do município;

XIX - controlar os veículos registrados e licenciados no município;

XX - elaborar estudos sobre eventos e obras que possam perturbar ou interromper a livre circulação dos usuários do sistema viário.

**Art. 9º** - O Poder Executivo fica autorizado a repassar o correspondente a 5% (cinco por cento) da arrecadação das multas de trânsito para o fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito, nos termos do parágrafo único, do art. 320, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

**Art. 10º** - Fica criada no Município de Inhumas uma Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, responsável pelo julgamento de recursos interpostos contra as penalidades impostas pelo Departamento Municipal de Trânsito criado nos termos desta lei, e na esfera de sua competência, (ver Resolução CONTRAN nº 357/10).

**Art. 11º** - A JARI será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

I - 1 (um) integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade;

II - 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade;



III - 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito.

§1º - O presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade competente para designá-los;

§2º - É facultada à suplência;

§3º - É vedado ao integrante das JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN ou o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE.

**Art. 12º** - A nomeação dos integrantes da JARI que funciona junto ao Departamento Municipal de Trânsito será feita pelo respectivo chefe do Poder Executivo, facultada a delegação.

Parágrafo Único - O mandato será, no mínimo, de um ano e, no máximo, de dois anos. O Regimento Interno poderá prever a recondução dos integrantes da JARI por períodos sucessivos.

**Art. 13º** - A JARI deverá informar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN) a sua composição e encaminhará o seu regimento interno, observada a Resolução CONTRAN 357/10, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

**Art. 14º** - O Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, será aprovado por meio de Decreto do Executivo, facultada a delegação.

**Art. 15º** - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a União, Estados, Municípios, órgãos e demais entidades públicas e privadas, objetivando a perfeita aplicação desta lei.





**Art. 16º** - O pagamento de GETON aos membros da JARI também como seus respectivos valores se dará por ato discricionário do Executivo.

**Art. 17º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INHUMAS,  
ESTADO DE GOIÁS, EM 29 DE SETEMBRO DE 2017.**



**ABELARDO VAZ FILHO**

Prefeito



**RONDINELLY CARVALHAIS BARROS**

Secretário de Planejamento e Gestão